

# MEMÓRIAS, LUTAS E IDENTIDADES DAS MULHERES ‘FILHAS DE BARCARENA’<sup>1</sup>

**Leonardo de Souza Silva**

Doutorando PPGCom - UFPA

**Vânia Maria Torres Costa**

Universidade Federal do Pará - PPGCom

submissão: 12.03.2022 aprovação: 02.08.2022

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado, em sua primeira versão, no GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais do 3º Seminário Internacional da América Latina (SIALAT), realizado em fevereiro de 2021 via *Google Meet*. Todavia, os anais do evento ainda não foram publicados.

## RESUMO

Este artigo apresenta um recorte de experiências etnográficas realizadas no município de Barcarena (PA), em 2019, a partir da escuta e do registro de narrativas de mulheres. Trata-se de compreender as relações entre elas e o território a partir de transformações específicas. Barcarena, cidade amazônica de origem indígena e ribeirinha, foi convertida em ‘zona de risco’ por megaprojetos de mineração implantados por políticas desenvolvimentistas do Estado militar. Rios foram substituídos ou atravessados por estradas, e as florestas e os campos naturais foram recortados sob uma “política de integração”. As empresas foram criadas pela imposição, desconsiderando as territorialidades preexistentes. Diante desse contexto, investigamos as memórias de oito mulheres, nativas do município e algumas líderes comunitárias, que lutam por seus direitos em cinco comunidades. Recorremos à etnografia para realizar a imersão na realidade dessas mulheres e conhecer as suas experiências de vida. A partir de diálogos com as entrevistadas, optamos pela Análise Crítica da Narrativa de Motta (2013) para entender a construção desse ‘eu’ que tem experienciado o processo de mineralização. Nesse processo, forma-se um ‘novo sentido do eu’ reinventado no presente e nas suas problemáticas, mas sem romper com o passado. No *script* das vivências, Barcarena é representada como um lugar de desemprego, criminalidade e poluição que requer organização coletiva para evitar novas imposições de territorialidade. Hoje, é possível perceber identidades e identificações de resistência nestas mulheres que narram uma saudade das experiências passadas, mas sem esquecer o desejo de um futuro para Barcarena.

**Palavras-chave:** Território, memória, narrativa, identidade, resistência.

## MEMORIES, STRUGGLES AND IDENTITIES OF THE 'DAUGHTERS OF BARCARENA' WOMEN

### ABSTRACT

This article presents an excerpt of ethnographic experiences carried out in the municipality of Barcarena (PA), in 2019, based on listening and recording of women's narratives. It is about understanding the relationships between them and the territory, based on specific transformations. Barcarena, an Amazonian city of indigenous and riverside origin, was converted into a 'risk zone' by mega mining projects, implemented by developmental policies of the military state. Rivers were replaced or crossed by roads, and forests and natural fields were cut under an "integration policy". Companies were created by imposition, disregarding preexisting territorialities. In this context, we investigated the memories of eight women, natives of the municipality and some community leaders, who fight for their rights in five communities. We use ethnography to immerse ourselves in the reality of these women and learn about their life experiences. Based on dialogues with the interviewees, we chose the Critical Analysis of the narrative by Luiz Gonzaga Motta (2013) to understand the construction of this 'I' that has been experiencing the mineralization process. In this process, a 'new sense of self' is formed, reinvented in the present and its problems, but without breaking with the past. In the script of experiences, Barcarena is represented as a place of unemployment, crime and pollution, which requires collective organization to avoid new impositions of territoriality. Today, it is possible to perceive identities and identifications of resistance in these women who narrate a longing for past experiences, but without forgetting the desire for a future for Barcarena.

**Keywords:** Territory, memory, narrative, identity, resistance.

## MEMORIAS, LUCHAS Y IDENTIDAD DE LAS MUJERES 'HIJAS DEL BARCARENA'

### RESUMEN

Este artículo presenta un recorte de experiencias etnográficas realizadas en el municipio de Barcarena (PA), en 2019, a partir de la escucha y el registro de narrativas de mujeres. Se trata de comprender las relaciones entre ellas y el territorio, a partir de transformaciones específicas. Barcarena, ciudad amazónica de origen indígena y ribereño, fue convertida en 'zona de riesgo' por megaproyectos mineros implantados por políticas desarrollistas del Estado militar. Ríos fueron reemplazados o atravesados por carreteras, y los bosques y los campos naturales fueron recortados bajo una "política de integración". Las empresas fueron creadas por la imposición, ignorando las territorialidades preexistentes. Ante este contexto, investigamos las memorias de ocho mujeres, nativas del municipio y algunas líderes comunitarias, que luchan por sus derechos en cinco comunidades. Recurrimos a la etnografía para realizar la inmersión en la realidad de estas mujeres y conocer sus experiencias de vida. A partir de diálogos con las encuestadas, optamos por el Análisis Crítico de la narrativa de Luiz Gonzaga Motta (2013) para entender la construcción de este 'yo' que ha experimentado el proceso de mineralización. En ese proceso, se forma un 'nuevo sentido del yo' reinventado en el presente y en sus problemáticas, pero sin romper con el pasado. En el guion de las vivencias, Barcarena es representada como un lugar de desempleo, criminalidad y contaminación, que requiere organización colectiva para evitar nuevas imposiciones de territorialidad. Hoy, es posible percibir identidades e identificaciones de resistencia en estas mujeres que narran una nostalgia de las experiencias pasadas, pero sin olvidar el deseo de un futuro para Barcarena.

**Palabras clave:** Territorio, memoria, narrativa, identidad, resistencia.

## 1. INTRODUÇÃO

Partimos de 1970, quando o governo militar brasileiro considerou que a Amazônia deveria ser ‘integrada’ ao país por meio de políticas desenvolvimentistas. Sem estabelecer um diálogo com a população local, os políticos do regime colocaram-se como os gestores do desenvolvimento<sup>2</sup> para a região Norte, segundo eles, desconhecida, inóspita e inabitada (Nascimento 2010).

A Amazônia foi negociada com empresários internacionais com o apoio de Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e de projetos, como o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). Com essas ações, as terras amazônicas foram convertidas em solos férteis para a criação de megaprojetos hidrelétricos e de mineração visando atender às demandas externas (Oliveira 2008).

Nesse período, Barcarena, cidade localizada a 40 km da capital Belém, em meio aos rios amazônicos, passou por um duro processo de mineralização<sup>3</sup>, termo que, de acordo com Araújo (2013), está relacionado às mudanças abruptas e, muitas vezes, violentas, provocadas pela instalação de megaprojetos em territórios já habitados e com dinâmicas sociais já estabelecidas. A mineralização da cidade gerou mais malefícios do que benefícios para as famílias de pequenos agricultores

e pescadores. Não ocorreu um planejamento inclusivo, mas iniciativas de desapropriações e de proletarianização dessas pessoas (Nascimento 2010).

No caso de Barcarena, os militares negociaram com o governo e empresários japoneses, a criação das mineradoras nas terras da cidade, considerando a sua capacidade marítima de escoamento mineral por navios de grande porte, já que Oriximiná, município vizinho, era rico em bauxita, mas carecia de estruturas de beneficiamento (Carmo et al. 2015). O Japão enfrentava uma crise petrolífera que comprometia o seu consumo de energia elétrica e o levava a transferir parte das suas indústrias para outras nações com maiores fontes de energia, mão de obra barata e legislação ambiental maleável. A maior estatal nacional da época, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), esteve presente nesse objetivo de produzir alumínio com a bauxita oriximinaense (Barros 2009).

Como resultados do acordo entre Brasil e Japão, primeiramente foi construída a estatal Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte) em 1973, visando à projeção e construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), a principal provedora de energia elétrica para um complexo de beneficiamento de alumínio composto pela Alumínio Brasileiro S/A (Albras) e pela Alumina Norte Brasil S/A (Alunorte), hoje presentes em Barcarena (Barros 2009).

<sup>2</sup> Considerando Escobar (2007), o desenvolvimento pode ser visto como um sistema de conhecimento de origem ocidental. Como tal, Lima (2018) argumenta que o termo remonta a uma ideia colonizadora, pois trata-se de um único olhar sobre o mundo, majoritariamente imposto por meio da violência física e simbólica em países “subdesenvolvidos”, ou seja, não ocidentais. As imposições são justificadas em prol de um objetivo que é apresentado como o melhor caminho para o bem-estar social e econômico, quando na prática gera injustiças, silenciamentos e desigualdades.

<sup>3</sup> Em Araújo (2013), o termo mineralização refere-se a cidades que são transformadas pela atividade da mineração.

E assim iniciou-se a era do alumínio e do caulim no município originalmente indígena e ribeirinho. O cotidiano, antes interligado a rios, olarias, serrarias, sítios e roças não era interessante para o autoritarismo político-militar ávido por desenvolvimento. Com base na exclusão e na desigualdade, Barcarena foi transformada em uma zona estratégica para o capital internacional, com a economia, em sua maioria, focada no beneficiamento mineral (Barros 2009, Hazeu 2015).

A partir da mineralização, todo um cenário repleto de experiências e subjetividades começa a ser alterado. As mudanças, como explicaremos adiante, permanecem nas memórias dos (as) moradores (as) do município que construíram uma consciência acerca dos fatos, de si mesmos (as) e do local no qual vivem (Thomson 1997).

Tomando esse histórico de imposição e exclusão popular, buscamos identificar comunidades próximas às mineradoras para escutar o que as famílias remanescentes de povos tradicionais<sup>4</sup> tinham a contar sobre a mineralização. Quais as implicações após quase quatro décadas de inauguração da primeira empresa em 1985? São questões importantes, haja vista que os (as) moradores (as) locais não participaram do processo decisório que definiu quando, como e onde seriam implantados os megaprojetos.

Nosso propósito é compreender os cenários do passado e do presente de Barcarena por meio de experiências etnográficas (Rocha & Eckert 2008) com quem lidou e/ou convive com a sujeição, principalmente devido a sua origem nativa, ou seja, de pessoa que nasceu e cresceu naquela cidade. O foco deste trabalho são as mulheres, que são as que mais sofrem com as consequências negativas dos megaprojetos, geralmente criados por homens e para homens (Faustino & Furtado 2013, Maia & Marin 2018). De acordo com Hernández (2016), a mineração “patriarcaliza” os territórios, gerando ou ampliando violências<sup>5</sup> de gênero nele existentes.

Dentre essas violências, Castilhos e Castro (2006) denunciam que as mineradoras priorizam a contratação de homens, haja vista que o serviço é socialmente compreendido como masculino, por exigir esforço físico e apresentar insalubridade. E, quando contratadas, geralmente para a realização de serviços de cozinha e limpeza, as mulheres recebem os menores salários e lidam com a ausência de estrutura de trabalho, como banheiros e uniformes inadequados, além de ficarem em contato constante com partículas poluentes e mais suscetíveis a assédio moral e sexual, haja vista que as empresas são majoritariamente masculinas (Castilhos & Castro 2006, Queiroz & Praça 2021).

<sup>4</sup> Consideramos que os povos tradicionais correspondem a pessoas cujo modelo de vida respeita a natureza, utilizando-a como fonte de conhecimentos oralmente repassados por gerações. A coletividade é uma de suas características, tendo como exemplos dessas populações os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, os ribeirinhos, os castanheiros e os pescadores (Almeida 2008, Diegues 2000)

<sup>5</sup> Para melhor compreensão desses e outros impactos do extrativismo sobre as mulheres, indicamos a leitura da cartilha “Extrativismos, pandemia e outros mundos possíveis: recuperação econômica e alternativas a partir das defensoras de território na América Latina”, produzida pelo Fundo de Ação Urgente para a América Latina e o Caribe hispânico (FAU-AL em 2021). Fonte: [https://territorios.fondoaccionurgente.org.co/wp-content/uploads/2021/12/FAU\\_Extractivismos\\_PT\\_WEB.pdf](https://territorios.fondoaccionurgente.org.co/wp-content/uploads/2021/12/FAU_Extractivismos_PT_WEB.pdf).

Ademais, podemos destacar que mulheres que não são contratadas pelas mineradoras, passam a depender financeiramente de alguém, geralmente um homem da família (Andrade 2020). Há também o aumento do trabalho doméstico, que provém da maior presença de poeira nas residências; da poluição ambiental, que gera enfermidades cujos cuidados ficam a cargo das mulheres, do estresse, da ansiedade e da depressão ocasionados pelo agravo de preocupações com a alimentação e a saúde da família e de si mesma (Queiroz & Praça 2021). Lembremos que são as mulheres que possuem um maior contato com água poluída, pois elas cozinham, lavam roupas e limpam as casas, portanto, apresentam um maior potencial de contaminação e de transmissão de doenças para os filhos, principalmente se elas forem gestantes (Cruz et al. 2017).

As entrevistas foram realizadas com mulheres de cinco comunidades de Barcarena entre os anos de 2018 e 2019. Os depoimentos foram analisados enquanto narrativas, a partir dos percursos de análise propostos por Motta (2013) e das vivências etnográficas. A seguir apresentaremos um breve histórico para contextualizar os processos de industrialização na Amazônia paraense; traremos os caminhos metodológicos e os aportes teóricos que nos permitiram analisar os resultados da pesquisa.

## 2. O POLO INDUSTRIAL DE BARCARENA

Barcarena, cidade que, segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE 2010), era habitada por 99.859 pessoas, foi elevada à categoria de vila em 1897 e palco de revoluções históricas para o povo paraense, como a Cabanagem, inclusive abrigando os líderes exilados Eduardo Angelim e Batista Campos (Simonian 2004, Souza 2012). A Cabanagem exemplifica “uma luta secular que estes empreenderam contra a exploração colonial, alicerçando-se no ‘patriotismo’ e no ‘anticolonialismo’”, ocorrida entre 1835 e 1840 (Ricci 2007: 10).

Em 1938, Barcarena passou a ser o nome oficial do território, mas somente em 1943, tornou-se oficialmente um município paraense, com limites e localização geográfica própria. Até os anos 1980, sua população era majoritariamente rural e voltada às atividades ribeirinhas, ao extrativismo e à produção de farinha e carvão (Souza 2012). Durante o governo militar, o município foi convertido em um polo industrial, o que impôs um novo papel às suas terras (Hazeu 2017). Foi quando a cidade passou a corresponder a uma zona estratégica para o beneficiamento mineral (Barros 2009, Hazeu 2015).

Foram criados quatro grandes empreendimentos, a começar pela Albras, inaugurada em 1985 para sanar demandas externas por alumínio. Por conseguinte, foi inaugurada a Alunorte, para beneficiar bauxita e produzir alumina, material necessário para a fabricação do alumínio primário (Barros 2009, Maia 2017), atualmente ambas administradas pela multinacional norueguesa Hydro. Na década de 1990, Barcarena também virou palco de criação da Pará Pigmentos

(PPSA)<sup>6</sup> e da Imerys Rio Capim Caulim (IRCC) para aproveitar a exploração de caulim nos municípios vizinhos de Ipixuna do Pará e São Domingos do Capim (Barros 2014, Hazeu 2015).

Desde então, Barcarena adquiriu uma nova dinâmica socioespacial que a elevou ao grupo das cinco cidades paraenses com maior Produto Interno Bruto (PIB), ao lado de Belém, Ananindeua, Marabá e Parauapebas (Leal et al. 2012). Hoje, os quatro megaprojetos correspondem a cerca de 70% da economia barcarenense e têm gerado vários registros de desastres ambientais, como despejos/transbordos de rejeitos minerais nos rios e emissão de partículas tóxicas no ar (Nascimento 2010).

### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A etnografia nos permite ver e analisar como os humanos vivenciam o ambiente, as suas territorialidades, manifestações e como são marginalizados (Escobar 2005). Acompanhada de olhares e escutas atentas (Oliveira 1996), esta pesquisa amparou-se em entrevistas com oito mulheres oriundas de Barcarena, moradoras de cinco comunidades: Vila do Conde, Arienga, Torre, Ilha São João e Vila Nova Canaã.

Considerando Rocha e Eckert (2008), entendemos a etnografia como um meio quali-

tativo para adquirir dados, amparados (as) na prévia leitura bibliográfica e na convivência com o grupo pesquisado. Nesse contato em campo, o (a) pesquisador (a) usufrui de técnicas simultâneas, como a observação e a entrevista. Cabe a ele (a) selecionar o formato das técnicas, conforme o seu objeto, mas sabe-se que ele(a) deve estar acompanhado (a) de caderno de campo e gravador, que ajudarão na coleta de dados de uma pesquisa cuja escrita é amparada nos seus sentidos, principalmente na sua escuta, fala e olhar atento.

Vale ressaltar que as narrativas analisadas, por meio de entrevistas, fazem parte de experiências etnográficas realizadas de forma intermitente. Foram 30 dias de campo, divididos entre os meses de julho e dezembro de 2018, e setembro de 2019. Nessa imersão, que contou com a participação de cinco pesquisadores (as), conhecemos Sônia<sup>7</sup>, liderança da comunidade Arienga, que nos presenteou com um mapa ilustrativo das 12 comunidades situadas entre as mineradoras (Figura 1). Visitamos 10 dessas comunidades e notamos uma maior atuação das mulheres nas frentes de movimentos de resistência. Elas organizavam protestos via aplicativos de mensagens, assim como também se faziam presentes com questionamentos durante audiências públicas relacionadas a crimes ambientais na região.

<sup>6</sup> Em 2010, a Pará Pigmentos, cujas ações eram majoritariamente pertencentes à Vale, foi vendida para os acionistas da Imerys (Ibram 2010).

<sup>7</sup> Ressaltamos que algumas das interlocutoras acharam melhor não se identificar, então padronizamos este artigo com nomes fictícios. Porém, as comunidades citadas realmente correspondem ao local de residência.

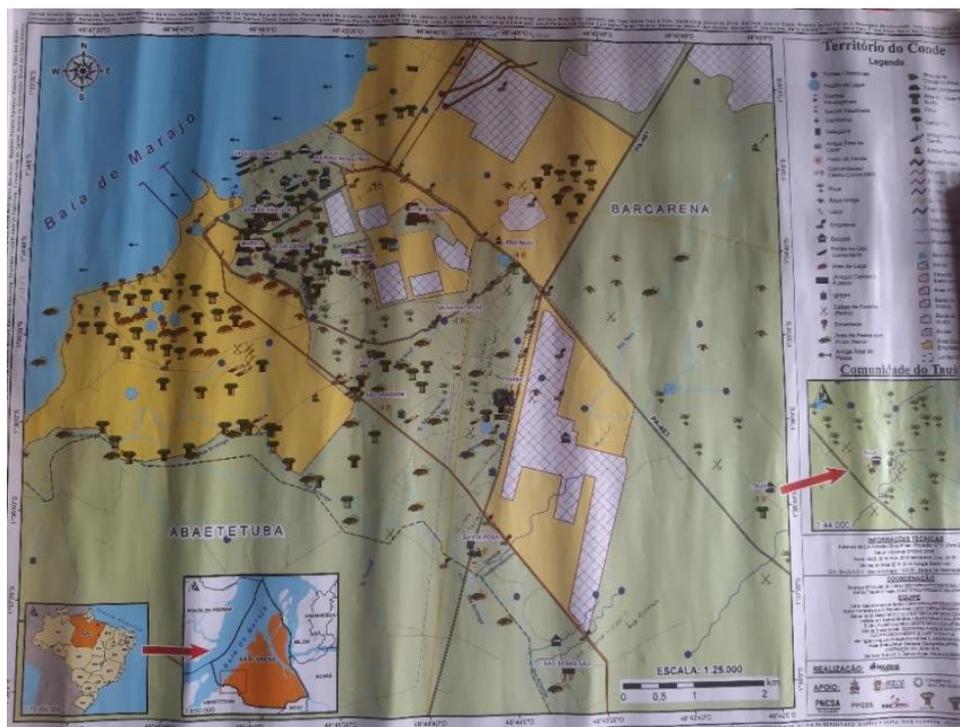


Figura 1 – Mapa com as comunidades pesquisadas. Foto: dos autores (2019).

Optamos por analisar as entrevistas com base na Análise Crítica da Narrativa de Motta (2013). Assim como o autor, acreditamos que as narrativas nos ajudam a compreender o sentido da vida, as experiências humanas, permite acessarmos memórias, entendermos subjetividades, emoções e desejos de pessoas que passaram por um rompimento do comum, ou seja, da sua realidade vivida (Giddens 2002, Meneses 1993).

Motta (2013) afirma que o discurso narrativo apresenta três instâncias dialogais de difícil separação por parte do (a) analista. São eles: o plano da expressão, que corresponde ao discurso; o plano da história, relacionado ao conteúdo narrado; e o plano da metanarrativa que condiz com um contexto histórico macro que envolve

as narrativas. De acordo com o autor, cada plano pode ser analisado e apresentado por meio de sete movimentos operacionais que ajudam a entender as narrativas ao revelarem estratégias discursivas, sentidos e experiências de vida.

Ao conciliarmos as observações da nossa imersão nas comunidades e das entrevistas, percebemos um *script* de vivências que revelam como a Barcarena da atualidade é significada nas enunciações dessas mulheres com quem dialogamos. Optamos por considerar a perspectiva de Motta (2013) para entendermos a construção desse ‘eu’ que tem experienciado a mineralização, como ele produz sentidos sobre os acontecimentos e opera suas estratégias discursivas do presente e do passado.

#### 4. ELEMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Desde a colonização, a elite política e econômica brasileira procura controlar territórios para impor os seus projetos (Valencio et al. 2011). Mas afinal, o que é um território? A compreensão de território que utilizamos aqui é a de Guattari e Rolnik (1986), que o observaram para além de um espaço físico utilizado por um grupo humano. O território é o espaço no qual as pessoas se articulam, agem e se sentem pertencidas, importando as suas subjetividades, comportamentos e sentimentos.

O território é afeto, experiência, apropriação e significação de um espaço físico. Está relacionado ao “conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (Haesbaert 2004: 78). Contudo, com a mineração, ele é transformado em área de sacrifício, onde os sujeitos nele presentes têm os seus corpos e modos de viver descartados e sacrificados (Svampa 2016). Dessa forma, podemos dizer que há uma usurpação não somente do território, mas também das identidades, afinal, o desenvolvimento, principalmente o imposto na Amazônia, ignora as individualidades e as relações humanas e culturais construídas em um determinado tempo e espaço (Aráoz 2013, Maia & Acevedo 2014).

No caso de comunidades tradicionais, consideramos que o território corroborou para a demarcação de identidades, haja vista que as vivências específicas dessas pessoas são contrastantes com um padrão de vida moderno,

que aqui podemos classificar como o “outro” (Pereira 2008). A identidade tende a ser conservadora e a valorizar a semelhança, o que por consequência produz a diferença, o oposto (Meneses 1993). Entretanto, apesar de seu conservadorismo, a identidade não é essencialmente fixa. Ela passa por alterações e reconstruções ocasionadas pela presença do “novo” que entra em contato com o “antigo” exemplificado pelas identificações históricas individuais e coletivas de seres enraizados em dado território e que não conseguem – e nem poderiam – se compreender e se fazerem ser compreendidos sem considerá-lo (Meneses 1993, Souza 2008).

A produção individual da identidade corresponde ao reconhecimento que os seres humanos têm de si (Meneses 1993). Quando o indivíduo se compreende biologicamente, psicologicamente e socialmente, ele cria referenciais de pertencimento que, ao entrarem em contato com o novo, passam a apresentar transformações por acréscimos ou descontinuidades.

Há identidades territoriais cujos alicerces são a memória coletiva e os referenciais espaciais. O passado permanece compondo a história de cada indivíduo que nasce e cresce em um espaço, convertido em território devido às práticas antrópicas. Há uma sensação de pertencimento na qual as raízes identitárias são regadas pela (s) memória (s) de sujeitos cujas vidas foram atravessadas por uma suposta modernidade que visa apagar histórias para beneficiar as mineradoras (Akinruli 2018, Borges & Cavalcante Jr. 2010).

Percebemos que há um entrelaçamento de

conceitos. A relação das comunidades com o território e suas construções de identidades ajudam na criação de memórias individuais e coletivas. E elas atuam como o referencial que dá sentido à vida (Borges & Cavalcante Jr. 2010). A memória corrobora com a sensação de continuidade e de coerência, assim como permite a um grupo se reconstruir, o que é crucial para quem passa a lidar com o 'novo' (Pollak 1992).

De acordo com Pollak (1992), a memória, seja individual ou coletiva, tem como base os acontecimentos vividos pessoalmente ou coletivamente. É um fenômeno construído de forma consciente e inconsciente, que tem íntima relação com a identidade e, por consequência, com o território. É a partir da memória que nos posicionamos, nos expomos para o mundo e construímos a nossa imagem em sociedade.

## 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 5.1. ADENTRANDO MEMÓRIAS: AS MULHERES DE BARCARENA

Para compreender as noções dos entrelaçados conceitos de memória, identidade e território em Barcarena, recorreremos às narrativas<sup>8</sup> orais de mulheres que interpretaram e significaram as suas experiências individuais e coletivas. Ocorreram exercícios de recordação, mas é válido ressaltar que suas vidas estão muito além do

que foi relatado a nós durante rápidas pesquisas de campo (Portelli & Fenelòn 1997).

A primeira comunidade visitada foi a de Vila do Conde, onde conhecemos dona Bianca (78 anos), que nasceu e passou toda a sua vida em Barcarena. É uma mulher negra que afirma ter orgulho das raízes indígenas e ribeirinhas do município e de ter vivido todos esses anos na Vila. Ela é aposentada e mora com seus dois netos, menores de 18 anos. Ainda na Vila do Conde, conhecemos também Tainá (41 anos), que reside na comunidade e é neta, filha e irmã de pescadores. Com frequência, ela frequenta a Praia do Conde e leva seus netos para caminhar nas areias do balneário.

Posteriormente, durante a terceira experiência de campo, conhecemos as demais interlocutoras que compõem este trabalho. Esse foi o momento no qual visitamos a comunidade Arienga e encontramos Sônia (45 anos), que atua como liderança. Ela é irmã de Mikaela (31 anos), formada em Direito, que usa seus conhecimentos em prol dos movimentos locais e busca incentivar os mais jovens a estudar. As duas são filhas de Jaiane (93 anos), que nasceu e viveu grande parte de sua vida em Barcarena, de onde se retirou por poucos anos para trabalhar como doméstica em Belém. Ela se autoafirma como “indígena verdadeira”.

Sônia foi a entrevistada que nos presenteou com um mapa das comunidades vizinhas e que nos acompanhou às residências de outras pessoas que atuam (ou não) como lideranças comu-

<sup>8</sup> As entrevistas ocorreram nas casas das interlocutoras e foram gravadas em áudio. Vale ressaltar que não tínhamos um roteiro fechado de perguntas, mas partíamos da seguinte questão: como está sendo a sua vida aqui, após o vazamento da Hydro? A partir do questionamento e das narrativas, a conversa ganhava os seus contornos.

nitárias. A partir dela, nós reduzimos os estranhamentos iniciais dessas mulheres para com um trabalho etnográfico escrito por pessoas que não são oriundas de lá e que tampouco residem na cidade. Por meio dela conhecemos Poliana, moradora da comunidade Torre, nascida e criada em Barcarena; e Maria, mulher, dona de casa e vice-líder da comunidade Ilha São João.

E durante outras andanças, tivemos contato com nossa última interlocutora, Ana, uma senhora moradora de Vila Nova Canaã que lidou com o deslocamento forçado<sup>9</sup> da terra onde vivia. Ela nasceu e cresceu na antiga comunidade Montanha, mas foi deslocada para a instalação da Pará Pigmentos, passando a viver em Canaã, comunidade majoritariamente rural e marcada por invasões e abandonos de residências.

## 5.2. ENTENDENDO OS SETE MOVIMENTOS: A ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Tomaremos as histórias contadas pelas nossas interlocutoras, enquanto narrativas, compostas por discursos em ação no mundo e carregados de intencionalidades. Ao dialogar com o pesquisador/entrevistador, elas produzem sentidos que são observados a partir do contexto histórico apresentado neste trabalho e dos tensionamentos investigados ao longo da pesquisa (Silva 2020) e apontados por elas.

### 5.2.1 EM BUSCA DO PRIMEIRO MOVIMENTO NARRATIVO

A partir da perspectiva narratológica de Motta (2013), a nossa primeira atitude foi identificar o que corresponderia ao primeiro movimento operacional apresentado pelo autor: a busca pela compreensão da intriga como síntese do heterogêneo, ou seja, o enredo, as ações que movimentam a história e prendem a nossa atenção. Nesse momento, o que importa é identificar uma trama que percorra as narrativas adquiridas durante as experiências de campo com mulheres de vivências semelhantes, mas não idênticas.

Nas oito narrativas aqui presentes há um enredo que as une, independentemente de suas diversas idades, atividades e locais de moradia. Em suas falas, percebemos que há um fio condutor que se instaura com a exposição sobre o cotidiano das comunidades antes da chegada das empresas e que perdura por meio da narração do momento no qual elas foram instaladas, e por conseguinte, nos seus principais efeitos nas vidas dessas mulheres e/ou de seus familiares.

Neste caminhar, as narrativas revelam saudosismos a um “tempo da fartura”, uma época anterior às empresas, na qual “tudo era bom”. Trata-se de lembranças de um tempo de escassez e carências, principalmente na saúde e na educação, mas era uma época com poucas barreiras

<sup>9</sup> Compreendemos o deslocamento forçado com base em Almeida (1996: 30), que o define como “um conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar as suas moradias habituais, os seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

para a realização dos fazeres tradicionais, pois os rios eram limpos e as matas podiam ser adentradas, permitindo uma boa pescaria, a caça e a coleta de frutos (Maia 2017).

Bianca comentou sobre a Vila do Conde da década de 1960 como um local maravilhoso de se viver. Com orgulho, ela ressaltou que parte de suas atividades foi herdada dos antepassados indígenas. Nesse passado, era comum presenciar uma paisagem composta por pescadores que iam e vinham, que desciam e subiam as escadarias que dão acesso à Praia do Conde com diversos tipos de peixes:

Fui nascida e criada aqui na Vila do Conde. E nosso Conde era tão maravilhoso! Era muito farto (farto)! Uma hora dessas, tu gostava de ver peixe que traziam da praia. Era peixe de cento e tantos. Era piraíba, filhote, dourada, piramutaba! (Bianca, moradora da Vila do Conde – Entrevista em 6 de julho de 2018).

A exposição das diferenças entre o passado e o presente é o que mais aparece nas narrativas. Se antes a paisagem e as relações locais eram comumente rurais, hoje as pessoas lidam com problemas notoriamente urbanos. Atualmente, as dificuldades enfrentadas são outras. As lutas surgem contra a poluição e a ausência de políticas de segurança, saúde, educação, infraestrutura e emprego.

A partir dos relatos, notamos que tais mudanças surgiram no decorrer da década de 1970, impulsionadas pelas mineradoras que chegaram a Barcarena com suas “bagagens” recheadas de promessas de avanços sociais e tecnológicos.

Esses ‘porta-vozes da modernidade’ pisaram no solo barcarenense dispensando maiores apresentações e a partir dessa atitude, começaram a desenhar o seu antagonismo nas histórias narradas pelas entrevistadas.

Um exemplo que resume essa perspectiva é a fala de Poliana. Ela contou que “os homens” chegaram no meio do mato, onde ela cultivava mandioca, o marido produzia carvão e as suas crianças cresciam. Apareceram empresários que começaram a praticar um ato principal: a falta de diálogo para com as famílias ali presentes. Todas elas contam sobre um passado de convívio com o rio, a floresta e a agricultura de subsistência.

Na tensão provocada pela ausência das apresentações e do diálogo contínuo, interpretamos que os representantes das empresas foram apontados como os antagonistas que mentiram e omitiram preciosas informações, posteriormente reveladas, como o fato de que as comunidades precisariam ser remanejadas, que novos sujeitos invadiriam os terrenos da região para criar casas e furtar plantações, que as indenizações por eventos de poluição não seriam pagas e que as pessoas locais não seriam qualificadas e contratadas para atuar nas indústrias.

## 5.2.2 O SEGUNDO MOVIMENTO NARRATIVO

O segundo movimento proposto por Motta (2013) procura compreender a lógica do paradigma narrativo. Nesse momento é importante identificar os pontos de virada no enredo das narrativas e traçar uma linha do tempo acerca dos

acontecimentos em Barcarena. Essa grande reviravolta nas histórias narradas aconteceu quando as vivências tradicionais foram subalternizadas e marginalizadas para a instauração de um novo padrão de vida.

A história de Barcarena foi marcada pelo uso da mentira e da violência do deslocamento. Entre 1979 e 1985, um total de 513 famílias foram desapropriadas com (ou sem) valores irrisórios e deixadas à própria sorte. Muitas foram retiradas de áreas, como Cabeceira Grande, Ponta Grossa, Conde e São Lourenço e tentaram a vida em Belém e arredores ou invadiram terrenos próximos, em locais como o Laranjal, Vila Nova, Bacuri, Barcarena Sede etc. (Movimento Barcarena Livre 2016).

Sônia, em entrevista realizada no dia 10 de setembro de 2019, contou que as indenizações para essas desapropriações eram ínfimas (entre 200 e 300 reais) e não possibilitavam a compra de novos terrenos para a construção dos sítios nos quais as atividades tradicionais teriam continuidade. Segundo ela, as terras eram dadas como pertencentes à Prelazia de Abaetetuba, município vizinho, segundo o padre Primo<sup>10</sup>, que “veio sacanear” pessoas sem leitura e conhecimento para receber

valores por terras que não eram suas.

Por meio das narrativas, nós identificamos que há uma linha temporal composta por momentos vivenciados. Trata-se de uma linha que se inicia com a exposição do passado saudosamente vivido ou herdado das gerações anteriores que entre as décadas de 1970 e 1980 passou por transformações devido à chegada dos projetos de beneficiamento mineral.

Os deslocamentos das pessoas que residiam nas terras pretendidas pelos megaprojetos são narrados como pontos de virada importantes nas vidas dessas mulheres. Mas, por conseguinte, surgiram outros problemas sociais e ambientais que precisam ser combatidos pelas frentes de resistência e que podemos considerar como os episódios<sup>11</sup> de uma segunda reviravolta na trama, haja vista que os grupos hegemônicos não estão interessados em maiores entraves para as suas iniciativas e narrativas de modernização.

### 5.2.3. TERCEIRO, QUARTO E QUINTO MOVIMENTOS NARRATIVOS

Diante do apresentado, podemos dizer que há alguns episódios constituintes das narrativas

<sup>10</sup> Maia (2017) explica em sua tese que a Igreja Católica controlava as terras de Barcarena, principalmente no século XIX. Os padres cobravam dízimos dos (as) antigos(as) moradores (as) que residiam e trabalhavam nas terras. E isso ocorreu até a chegada dos órgãos estatais, na década de 1970. Ao invés de negociarem com os (as) moradores (as), os funcionários estatais fizeram acordos com padres de Barcarena e dos arredores que se apresentavam como os donos das terras. Ademais, Barcarena, como um povoado simples, não possuía estrutura de ensino, portanto, tanto os padres, quanto os órgãos estatais se aproveitaram da baixa escolaridade da população para obter vantagens nas transações.

<sup>11</sup> Segundo Motta (2013: 175), os episódios são ‘unidades temáticas narrativas intermediárias’, que contam ações ou conjunto de ações enquanto motivos que incitam às transformações e progressões no decorrer da história, conectadas ao todo da narrativa na qual estão inseridas.

das mulheres que ora escutamos, dentre eles: a) Barcarena tradicional pré-moderna; b) a chegada “dos homens” da mineração; c) o começo das enganações e dos deslocamentos; d) as primeiras resistências (a negação do deslocamento); e) a conclusão dos megaprojetos; f) os problemas socioeconômicos; g) o começo das denúncias sobre os desastres ambientais; h) as novas resistências (a luta por indenizações justas e o desejo de permanecer no território).

Por meio dos episódios identificados, nós conseguimos apontar o ‘conflito dramático’, conforme requer o quarto movimento apresentado por Motta (2013: 167, grifo do autor): “é o *frame cognitivo* (enquadramento, perspectiva, ponto de vista) através do qual o narrador organiza a difusa e confusa realidade que pretende relatar”.

Trata-se de uma trama cujos conflitos enunciados são sociais, ambientais e políticos, decorrentes das iniciativas dos militares no momento da criação dos megaprojetos e das atividades de beneficiamento mineral após sua efetiva implantação. Há uma tensão local, principalmente, entre os (as) moradores (as) e os empresários, os (as) funcionários (as) das empresas e o Estado que, segundo as interlocutoras, se omite diante dos casos de poluição, da ausência de indenizações justas e da tomada de terras. As mulheres moram ao lado das empresas, contudo, nem elas, nem os seus companheiros ou filhos (as) fazem parte do seu quadro funcional.

Os episódios e os conflitos elencados nos

levam ao quinto movimento baseado nos (as) personagens<sup>12</sup>, que tem lugar central em qualquer narrativa, pois vivem e realizam os enfrentamentos e ações. No enredo tecido pelas mulheres, temos a força de personagens cujas ações se desenrolaram por meio de suas estratégias narrativas: é o narrador “[...] quem impõe a força à personagem, que a faz mover-se na história, que a transforma em um sujeito simpático ou antipático, que lhe impõe ciladas, conquistas, derrotas, prêmios, etc.” (Motta 2013: 177).

Identificamos em suas vozes os personagens conflitantes: os “homens desconhecidos”, que representavam os órgãos estatais de desapropriação – a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI) e a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar) – os empresários e o Estado omissos, de um lado, e de outro, os (as) moradores (as) e movimentos sociais locais como o Barcarena Livre e a Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama), que resistem e lutam por direitos humanos e emancipação social (ver Steinbrenner, Bragança & Neto 2020).

Desde o começo do século XXI, os (as) protagonistas locais denunciam desastres ambientais provocados pelas mineradoras que dificultam a continuidade dos fazeres tradicionais (Nascimento 2010). Ana fala, por exemplo, que “aqui não dá nada! Não dá peixe, não dá camarão, não dá fruto!”. Sua fala é impactante e expõe que

<sup>12</sup>“Personagem é quem protagoniza a ação, gera conflitos, conduz a intriga, personifica as contraditórias dualidades herói-vilão, marido-mulher, esposa-amante, rico-pobre, jovem-velho, etc.” (Motta 2013: 175).

aquela Barcarena originalmente rica tem sofrido transformações. Ana não captura a mesma quantidade de camarão que estava acostumada em seu passado de fartura. Hoje a pesca depende dos tempos de grande safra.

O passado é narrativamente valorizado e ampliado pelas experiências do presente e ajuda essas mulheres a entender que elas vivenciam a desvalorização dos seus saberes e fazeres. Bianca contou que esse processo se iniciou justamente depois da chegada das grandes instalações, entre 1970 e 1980, com as mudanças nos rios que interferiram no plantio. Antes desse marco cronológico, ela vivia o “tempo que prestava”.

De 80 pra cá não veio prestar mais. Foi poluindo e nada mais prestou. Nem as mandiocas que a gente tirava da roça não prestava porque ela ficava tipo cozida. A gente botava no igarapé pra amolecer, pra tirar, pra misturar com a mandioca de terra pra poder secar, pra gente fazer a farinha. (Bianca, moradora da Vila do Conde – Entrevista em 6 de julho de 2018).

Com a poluição comprometeu-se, principalmente, a pescaria. A maioria das interlocutoras narra que hoje em dia não há mais a mesma quantidade de peixes e que eles estão mais distantes. Antes a pesca poderia ser feita nos rios próximos, hoje o pescador precisa se deslocar mais além. Tainá retrata bem a situação ao contar sobre o tempo em que seu falecido pai ia pescar sem sair de seu campo de visão, na Praia do Conde. O peixe era o almoço e a janta, mas hoje, nem ela, tampouco os seus filhos têm a mesma possibilidade.

Meu pai, antigamente, saía, ele pegava o casco, né? Na pesca ele remava daqui pra ali. Ele trazia nosso almoço, nosso jantar. Ah! Era cabeça fria! Só fazia comprar farinha e o açai. Mas hoje em dia é muito diferente. Infelizmente, os meus netos já não vão ter esse prazer. A gente comia peixe natural, camarão... É bem difícil consumir o peixe daqui porque quando tu vai pegar o peixe, tu abre a barriga dele e tá horrível, né? (Tainá, moradora da Vila do Conde – Entrevista em 6 de julho de 2018).

Essa citação se parece com a da entrevistada Mikaela: “se for sobreviver de pesca a pessoa vai morrer de fome porque o rio aqui não tem mais!”. Ela complementou que ter o rio sem poluentes minerais era ter facilidade, ainda mais que as pessoas da localidade dificilmente são contratadas pelas empresas. A maioria sobrevive com os chamados “bicos”, ou seja, de trabalhos temporários com baixa remuneração.

Por todo esse conjunto brevemente descrito, Barcarena é representada pelas interlocutoras como um local difícil de viver. A poluição proveniente das empresas é o maior problema a se enfrentar nesse território envolto por afetos. Porém, mesmo com as dificuldades, as amorosidades da maioria das interlocutoras pelo território no qual nasceram e foram criadas não estimula a vontade de deixar a região para residir em outro local.

É o que percebemos na fala de Bianca, moradora de Vila do Conde, que ressaltou que só sairá da sua casa quando falecer. Para ela, a beleza da Vila do Conde é única e nem imagina mudar-se para outro local: “não vou pra canto nenhum! Aqui, sei lá, é uma maravilha! Aqui tem tudo e se a gente for pra outro lugar a gente não conhece,

nem vai se acostumar. Tem gente que já foi daqui, foi embora. Mas muita gente diz que não vão”.

O mesmo ocorre com Ana, ex-moradora de Montanha, que foi deslocada na década de 1990 para a criação da Pará Pigmentos. Mesmo sob o medo de ser deslocada novamente e de se dizer adoecida mentalmente devido à preocupação de perder a sua terra e a sua casa, afirma que não pretende sair do lugar no qual foi criada, onde criou seus filhos e viu seus netos crescerem:

A gente ainda não plotou essa casa aqui por causa dessa arrumação de sai hoje, sai amanhã. Eu já adoeci com essa arrumação, eu já nem durmo mais de noite pensando. Ah, eu adoeci! Eu fiquei doente. Como que eu vou sair daqui do lugar que eu sobrevivo todinha a minha vida, criei todos os meus filhos? Tô criando neto aqui. Vão ficar tudo longe de mim? Não é fácil não! Eu tô com 71 anos, mas eu gosto desse lugar (Ana, moradora de Canaã – Entrevista em 13 de fevereiro de 2019).

Há também quem já saiu, mas voltou. É o caso de Jaiane, que durante sua adolescência, mudou-se de Barcarena para Belém para trabalhar como empregada doméstica. Ela narrou que enfrentou momentos difíceis na capital, pois se alimentava mal. Chegava a chorar quando via a diferença da quantidade de comida entre o prato dela e o de seus patrões. Logo a saudade apertou e ela preferiu voltar para o “mato”, onde não estava privada de necessidades básicas, como ter algo à mesa para se alimentar.

E na vontade de permanecer na terra surge a “arte da resistência”, conceito que Maia e Acevedo (2014) utilizaram para pensar algumas

ações das comunidades quilombolas de Barcarena e que pode ser deslocado para o nosso artigo. Frente ao processo de usurpação do território, a iniciativa de manter-se nas terras e dar continuidade, por exemplo, ao plantio e à pesca, mesmo com os problemas narrados, é um grande ato de resistência.

Há um aprendizado que se iniciou no momento dos deslocamentos e que continuou com os demais problemas, levando-as a se organizarem, a resistirem e a reverem suas condições para assim lutar por melhorias para as suas comunidades (Maia 2017). Das interlocutoras, duas são lideranças comunitárias. É o caso da Maria, atual vice-líder da comunidade da Ilha São João; e de Sônia, que representa a luta em prol de benefícios para a comunidade Arienga.

A primeira delas, Maria, em conversa no dia 10 de setembro de 2019, narrou que costuma participar de protestos, principalmente depois de acontecimentos recentes como o naufrágio do navio Haidar no porto da Vila do Conde<sup>13</sup> e os vazamentos de rejeitos de caulim e bauxita pela Imerys e pela Hydro. As ações reivindicam, geralmente, indenizações das empresas aos moradores, em virtude dos efeitos que os ocorridos provocam nas vidas dos moradores.

De acordo com ela, não é raro as empresas negarem a culpa nos eventos e, muitas vezes, sequer escutam as reclamações dos (as) moradores (as) do entorno. Em vários momentos, são os (as) próprios (as) moradores (as) que procuram pres-

<sup>13</sup> <https://g1.globo.com/para/para/noticia/naufragio-de-navio-com-cinco-mil-bois-vivos-em-barcarena-completa- dois-anos.ghtml>.

sionar na portaria das empresas para conseguirem chamar atenção da mídia jornalística e/ou reunir com os responsáveis. Foi o que ocorreu em situações passadas com a Imerys.

Como liderança, Maria sempre está à frente dessas ações, junto com seu marido, também líder da Ilha São João, e de outras lideranças das demais comunidades. Mesmo com as empresas não mantendo um diálogo com os (as) moradores (as), ela diz que vai até as empresas e que “vai pra cima mesmo!”. Ela questiona o fato delas não apresentarem os laudos dos vazamentos para os (as) moradores (as) afetados (as), e alerta que a luta sempre existe, mas que a discrepância de poder é muito grande. Segundo ela, a comunidade sempre sairá perdendo, por mais que se organize e resista.

Graças a sua liderança e apoio coletivo, os moradores conquistaram retornos mínimos que não sanam, mas que ajudam a minimizar os problemas. Em outros casos, apenas outras comunidades ou até mesmo pessoas que nem residem mais em Barcarena foram contempladas, por exemplo, com vales-alimentação, tal como ocorreu no decorrer do caso recente envolvendo a Hydro Alunorte<sup>14</sup>.

Já Sônia, que lidera a comunidade Arienga, narra que o principal objetivo por trás dos atuais deslocamentos é a construção de bacias para o aumento da produção das mineradoras. Um caso já concretizado e que ainda marca as suas experiências é o da construção da segunda bacia da Imerys, que mudou a rotina de locomoção da sua

comunidade sem aviso prévio.

Só que para além das interferências nas vias de acesso e saída, ela lembra que as bacias geram outros efeitos, como a poluição por rejeitos. Por isso, ela narra que tem se unido ao coletivo Cainquiama para contratar advogados de renome que possam ajudar a entrar com ações visando pressionar as empresas para a realização de reuniões prévias com todas as comunidades e não somente com a que sofrerá diretamente com o deslocamento. Em sua militância, ela relata que a grande dificuldade é a ausência do diálogo.

Com orgulho, Sônia enfatiza que os mais jovens estão adquirindo a consciência da resistência por suas terras. O maior exemplo que ela tem é Mikaela, sua irmã mais jovem que venceu as adversidades e formou-se em Direito para dar apoio a sua família e à sua comunidade. Mikaela é só mais um exemplo do que Sônia entende como um grupo de jovens que lentamente estão fazendo Barcarena “acordar”!

A partir dos relatos, entendemos que o território é um lugar de sentidos pelo qual vale a pena lutar. O lugar, segundo Yu-Fu Tuan (1983), é o espaço familiar a nós. É o espaço que conhecemos e valoramos conforme nele vivemos. No caso das mulheres, Barcarena é o espaço cuja familiaridade foi desenvolvida desde a infância. Aquele território do passado, visto até mesmo de forma idealizada, haja vista que naquela época também havia problemas, precisa ser reconstruído depois da mineralização. Não voltará a ser o

<sup>14</sup><https://g1.globo.com/pa/para/noticia/laudo-confirma-vazamento-de-rejeitos-de-mineradora-em-barcarena-no-pa.gh.html>.

mesmo, porém se território é afeto, elas procuram formas de sentirem-se reintegradas no espaço, resignificando suas práticas conforme as condicionantes do presente. Nota-se que o território não é lugar só de afeto, mas também de sobrevivência e resistência, por isso há o receio e a negação de sair do lugar de origem.

Podemos então apontar que existe uma identidade territorial e social em cada uma das narradoras, que é definida nas suas apropriações e relações subjetivas e concretas. É um vínculo com o território que orienta suas ações. Elas veem e valorizam a tradição herdada por gerações, tentando manter este passado vinculado ao presente e ao futuro (Haesbaert 1999).

Se pensarmos no suceder das narrativas, algumas em específico, como a de Jaiane, notamos que essa concepção de lugar foi fortalecida, afinal, nossa depoente retornou para nunca mais querer sair, o que denota um sentimento de pertencimento fortalecido pelas suas vivências (Escobar 2005). Nesta lógica, há uma dimensão subjetiva/simbólica gerando identidades/identificações que têm a memória como uma de suas constituintes (Pollak 1992).

Em síntese, a partir do quinto movimento, podemos pensar que os (as) protagonistas estão envoltos (as) em conflitos e em luta pelos rios e peixes, pela mata e seus frutos e pela valorização dos conhecimentos tradicionais. As interlocutoras, em suas formas singulares de interação com

o ambiente local, afirmam que os (as) moradores (as) são “gente” de bem, que merecem respeito e que as empresas são irresponsáveis e criminosas.

#### 5.2.4. ENCERRAMENTO DA ANÁLISE: O SEXTO E O SÉTIMO MOVIMENTOS

Com a identificação dos cinco movimentos chegamos aos dois últimos, o sexto e o sétimo, respectivamente voltados para as estratégias argumentativas das narradoras e o afloramento das metanarrativas. Quais sentidos essas mulheres produziram para nós durante as suas narrativas para a pesquisa? O que está para além dos conflitos “superficiais” entre o “antigo” e o “novo” em Barcarena?

Os depoimentos nos trouxeram mulheres que enfrentam cotidianamente um cenário repleto de metanarrativas históricas, ou seja, de conflitos macros mais profundos que originaram toda essa situação. Na ausência do diálogo e diante da desvalorização de seus saberes, nota-se que há colonialidade<sup>15</sup> na modernidade em Barcarena, pois quem decidiu como e o que era importante foram pessoas alheias à realidade local. Em consequência da colonialidade, surgiram os conflitos e os movimentos sociais dos quais elas participam (Mignolo 2017).

A modernidade imaginada por elas era outra! Era pensada como a promoção do bem-estar e do impulso de seus fazeres. Contudo, a prometida

<sup>15</sup> Conforme Mignolo (2017), a colonialidade é o lado mais escuro da modernidade. Ela é um projeto que corresponde aos crimes provocados pela modernidade desde a colonização europeia e que se ancora no cristianismo, no racismo, no etnocentrismo, no classismo, no heteropatriarcalismo e em um sistema epistemológico ocidental que visa controlar os corpos, a alma, os conhecimentos e a cultura alheia.

“salvação” não chegou e ainda trouxe consigo as problemáticas aqui apresentadas. Como reflete Mignolo (2017), a modernidade tem pautas ocultas. Um ganha, enquanto o outro perde! Nesse caso, quem está ganhando são os empresários de “fora” e o Estado, que lucram com a exportação dos minerais beneficiados e quem está perdendo são essas mulheres e as suas comunidades.

Entretanto, autores como Giddens (2002) e Meneses (1993) afirmam que a modernidade provoca mudanças sociais que os indivíduos procuram assimilar ou negar, conforme seus interesses e conveniências. Nesta Barcarena da atualidade, o tradicional e o moderno vivem em conflito, mas também sofrem aproximações que, segundo Harvey (1989), procuram romper e fragmentar com quaisquer precedentes. Com as interferências do hegemônico global no local, as mulheres pretendem alcançar melhorias no “novo” negado ou “fornecido” de qualquer maneira. Atualmente, elas pretendem conciliar o saber tradicional com o que elas enxergam como o lado positivo da modernidade, que seria uma educação de qualidade, infraestrutura urbana em suas comunidades, maior segurança pública e oportunidades de emprego.

São décadas de atividades hegemônicas que fizeram emergir novas identidades, uma vez que elas são construídas a partir da união de acontecimentos, personagens e lugares gravados pela memória. Interpretando com base em Pollak (1992), podemos dizer que é a partir da memória que a identidade define a diferença entre o “nós” e o “eles”, o “eu” e o “outro”. “A

construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (Pollak 1992: 5).

E nessa tentativa de rompimento com o moderno, as pessoas buscam ancoragem no passado tradicional e nas experiências que tiveram desde a infância para enfrentar os novos problemas (Giddens 2002). O processo de mineralização gera consequências no território e na subjetividade das nossas interlocutoras, que agora se autoafirmam como tradicionais ou “indígenas verdadeiras” e lutam por práticas herdadas de seus ancestrais. Surgem novas identidades e produções do ‘eu’ que reinventam o passado no presente.

Esse passado está presente na memória e é justamente a partir dela que se reforça a necessidade de manter-se em Barcarena, afinal, é nas reminiscências que se mantêm o “tempo que era bom”. Como percebemos, elas recorreram às memórias de um passado para entender as suas vivências, experiências e desejos do presente. A todo instante suas memórias coletivas e individuais fomentam suas narrativas, pois elas caminham juntas, uma vez que a narrativa é uma forma de recapitular essas experiências. Elas são verdades ou ficções contadas por seres humanos que vasculham as suas memórias (Tambouku 2016) e fazem parte de acontecimentos vividos e narrados (Cruz 1993).

Baseados (as) em Pollak (1992), podemos refletir que os efeitos da mineralização do terri-

tório são acontecimentos marcantes para elas. Algumas criaram traumas, outras sentiram a necessidade de se politizar para resistir. Atualmente, algumas delas são líderes comunitárias e fazem valer as suas vozes em protestos e audiências públicas. Além de se identificar com o tradicional, hoje elas se identificam também com a resistência.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, ressaltamos que o que apresentamos aqui são tentativas de reflexões a partir da aplicação de conceitos como território, memória e identidade para compreender as narrativas e as produções de sentido de mulheres que pretendem alcançar uma modernidade inclusiva, pautada no diálogo e na valorização dos seus conhecimentos. Ao narrarem as suas memórias, nossas interlocutoras constroem imagens de si e do mundo, o que denota identidades que tentamos compreender e que exigem um estudo permanente, dada sua fluidez.

Essas são mulheres que lidam com as poluições e que procuram estudar para dar forças às lutas de suas comunidades. Questionam as atuações do governo municipal e o desemprego presente em suas famílias e vizinhança, mesmo com três megaprojetos implantados na cidade. São mulheres que enxergam nos mais jovens a possibilidade de novos questionamentos, almejando melhorias para as suas comunidades.

Descrevemos um conjunto de eventos distintos que ocorreram nas particularidades de

cada interlocutora. Algumas sofreram deslocamentos, outras não. A maioria mora em áreas mais rurais, enquanto algumas têm suas residências em comunidades mais urbanas. Entendemos que cada uma delas, a partir de suas subjetividades, produz um sentido de si e dos acontecimentos de Barcarena, o que nos permite acessar suas significações enquanto pessoas marginalizadas e impactadas.

Observamos nessa construção de si e dos outros que elas conseguem reclamar e justificar as suas resistências e lutas por direitos. Os representantes das empresas e seus parceiros são apresentados como os diferentes, por suas práticas, muitas vezes, impostas sobre os (as) moradores (as), cujas identidades tradicionais eram anteriores à “novidade” da mineralização.

Pensando em Motta (2013), essa reflexão mostra quem elas são e pretendem ser porque são o que narram! Há um conjunto de experiências repletas de tradições, emoções, desejos, reflexões, logo memórias e identidades, dois dos conceitos que procuramos abordar, tendo em mente que as narrativas nos ajudam a entender o mundo.

Considerando que toda narrativa contém em si uma intencionalidade explanada ou não pelo (a) narrador (a), podemos dizer que nossas interlocutoras pretendem alcançar outra forma de desenvolvimento para Barcarena. O desejo de cada uma é ser escutada pelas empresas e ter os seus saberes tradicionais respeitados. Elas clamam por melhores escolas, hospitais, ruas, empregos e projetos para suas famílias e vizinhos (as).

Analisando as narrativas, acreditamos que

elas criaram a imagem de mulheres que foram obrigadas a conviver com os megaprojetos sem um diálogo prévio, mas que hoje procuram se reconstruir, inclusive aproveitando tudo que consideram positivo nas mudanças instauradas. São mulheres que compõem movimentos de resistência buscando negociações justas e dialogadas, assim como o direito de ter um terreno no qual possam dar continuidade às suas tradições.

## 7. REFERÊNCIAS

Akinruli, Luana Carla Martins Campos. 2018. A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belo Horizonte.

Andrade, Maria Gomes. 2020. As muitas resistências das mulheres em conflito com o empreendimento Minas-Rio, in *Mineração: Realidades e resistências*. Organizado por Alves, Murilo da Silva et al., pp. 225-258. São Paulo: Expressão Popular.

Aráoz, Horacio M. 2013. Entre la fiebre del oro y el polvo de las voladuras: Cuerpos y emociones en contextos de mineralización. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad* 5 (11): 21-33. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273229903003>

Barros, Márcio Júnior Benassuly. 2009. Mineração, finanças públicas e desenvolvimento local no município de Barcarena-Pará. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém.

Barros, Márcio Júnior Benassuly. 2014. Grandes projetos, atores sociais e ações locais no baixo Tocantins paraense: O caso de Barcarena, in *VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Vitória: Associação de Geógrafos Brasileiros. [http://cbg2014.agb.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=66](http://cbg2014.agb.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=66)

Borges, João Carlos de Freitas, Cavalcante Jr., Idelmar Gomes. 2010. Território, identidade e memória: tramas conceituais para pensar a piauiensidade, in *IX Seminário de Iniciação Científica*. Teresina: Universidade Estadual do Piauí. <https://www.uespi.br/prop/siteantigo/XSIMPOSIO/TRABALHOS/INICIACAO/Ciencias%20Humanas%20e%20Letras/TERRITORIO,%20IDENTIDADE%20E%20MEMORIA%20-%20TRAMAS%20CONCEITUAIS%20PARA%20PENSAR%20A%20PIAUIENSIDADE.pdf>

Carmo, Eunápio Dutra do, Castro, Edna Maria Ramos de, e Patrício, Júlio Cezar dos Santos de. 2015. Mineração, neo-extrativismo e conflitos em Barcarena. *Novos Cadernos NAEA* 18 (3): 51-71. <http://novoperiodicos.ufpa.br/periodicos/index.php/ncn/article/view/2445>

Castilhos, Zuleica; Castro, Nuria. 2006. Mulheres na mineração: restituo quae sera tamem, in *Gênero e trabalho infantil na pequena mineração: Brasil, Peru, Argentina, Bolívia*. Organizado por Cetem/CNPq, pp. 41-64. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq.

Cruz, Delmy Tania. 2016. Una mirada muy otra a los territorios-Cuerpos femeninos. *Revista de Filosofía Iberoamericana* 12 (1): 35-46. <https://revistasolar.pe/index.php/solar/article/view/129/129>

Cruz, Delmy Tania et al. 2017. *Mapeando el cuerpo-territorio: guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios*. Quito: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo.

Cruz, Rodrigo Díaz. 1993. Experiencias de la identidad. *Revista Internacional de Filosofía Política* 2 (sn): 63-74. <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/198728>

Escobar, Arturo. 2005. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? in *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales - perspectivas latino-americanas*. Editado por Clacso, pp. 63-79. Buenos Aires: Clacso, 2005.

Faustino, Cristiane, Furtado, Fabrina. 2013. *Mineração e violações de direitos: o Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. Açailândia: Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais*.

Giddens, Anthony. 2002. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Guattari, Félix, Rolnik, Suely. 1996. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

Haesbaert, Rogério. 2004. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Haesbaert, Rogério. 1999. Identidades territoriais, in *Manifestações da cultura no espaço*. Organizado por Corrêa, Roberto Lobato, Rosendahl, Zeny, pp. 169-190. Rio de Janeiro: UERJ.

Harvey, David. 1989. *The contifition of postmodernity*. Oxford: Oxford University Press.

Hazeu, Marcel. 2015. O não-lugar do outro: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém.

Hazeu, Marcel. 2017. Mineração, indústria e portos: lógicas de desapropriações e deslocamentos forçados em Barcarena, in *Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências*. Organizado por Castro, Edna, pp. 81-98. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Rio de Janeiro: IBGE; Barcarena: Panorama.

Ibge. 2011. *Censo Demográfico 2010*. <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/grade/default.html>

Ibram. 2010. Vale negocia venda de jazidas na Amazônia para franceses. <https://ibram.org.br/noticia/vale-negocia-venda-de-jazidas-na-amazonia-para-franceses/>

Leal, Aluizio Lins et al. 2012. Produção mineral no estado do Pará e reflexos na (re) produção da miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas. *Revista de Políticas Públicas* 16 (1): 157-167. <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321128742014.pdf>

Maia, Rosane de Oliveira Martins. 2017. Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de desenvolvimento. Tese de Doutorado, Programa da Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém.

Maia, Rosane de Oliveira Martins, Acevedo Marin, Rosa Elizabeth. 2014. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial, in *38º Encontro Anual da Anpocs*. Organizado por Anpocs. Caxambu. <https://anpocs.org/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt07-1>

Maia, Rosane de Oliveira Martins, Acevedo, Rosa Elizabeth. 2018. Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. *Cadernos Pagu* 52 (sn): np. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/j68vdKPvrqFyYpCMZv973Db/?lang=pt>

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. 1993. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento), in *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 1 (1): 207-222. <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5282>

Mignolo, Walter. 2017. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *RBCS* 32 (94): 1-18. <https://>

[www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf](http://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf)

Motta, Luiz Gonzaga. 2013. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Movimento Barcarena Livre. 2016. *Barcarena Livre Informa: 37 anos de desastres socioambientais em Barcarena*. [https://www.academia.edu/38789515/37\\_ANOS\\_DE\\_DESASTRES\\_SOCIOAMBIENTAIS\\_EM\\_BARCARENA](https://www.academia.edu/38789515/37_ANOS_DE_DESASTRES_SOCIOAMBIENTAIS_EM_BARCARENA)

Nascimento, Paulo Altemar Melo do. 2010. *Gestão ambiental em área de risco no município de Barcarena/Pará*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Auditoria Ambiental, Universidad de León, León.

Oliveira, Clariana Pinto. 2008. *Políticas de Estado e o grande capital na Amazônia: O caso da mineração no Pará*. Monografia, Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Oliveira, Roberta Cardoso de. 1996. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia* 39 (1): 13-37. <https://www.jstor.org/stable/41616179>

Pollak, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos* 5 (10): 200-212. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>

Portelli, Alessandro, Fenelón, Déa Ribeiro. 1997. O que faz a história oral diferente. *Projeto História* 1 (14): 25-39. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>

Pereira, Carmela Morena Zigoni. 2008. *Conflitos e identidades do passado e do presente: política e tradição em um quilombo na Amazônia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Queiroz, Ana Luisa; Praça, Marina. 2021. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos, in *Mulheres atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos*. Organizado por Queiroz, Ana Luisa, Praça, Marina, e Bitencourt, Yasmin, pp. 9-20. Rio de Janeiro: Instituto Pacs.

Ricci, Magda. 2007. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo* 11 (22): 5-30. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000100002>

Rocha, Ana Luiza Carvalho, Eckert, Cornelia. 2008. Etnografia: saberes e práticas, in *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Organizado por Pinto, Céli, Guazzelli, Cesar. Porto Alegre: Editora da Universidade.

Rodrigues, Donizete. 2012. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. *Revista Online do Museu de Lanifícios* 1 (sn): 1-8. <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/home.html>

Silva, Leonardo de Souza. 2020. Aqui não dá nada! Não dá peixe, não dá camarão, não dá fruto!": A percepção dos 'filhos de Barcarena' (PA) sobre os megaprojetos de alumínio e caulim. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

Simonian, Ligia Terezinha Lopes. 2004. A Ilha Trambioca através da história: Recursos, ocupações humanas e cultura, in *Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)*. Organizado por Simonian, Ligia, pp. 73-136. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Souza, Maria do Carmo. 2008. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento, in *Geografia: conceitos e temas*. Organizado por Castro, Iná, Gomes, Paulo, e Corrêa, Roberto, pp. 77-116. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Souza, Adriana Brito de. 2012. Os desafios de uma sociedade que se globaliza: um estudo em Barcarena, Estado do Pará. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

Steinbrenner, Rosane Albino; Bragança, Pedro Loureiro de; Neto, Guilherme Guerreiro. 2019. Mídia e desastre socioambiental I: análise da cobertura midiática do vazamento da Hydro-Alunorte em Barcarena, in *Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena*. Organizado por Castro, Edna, Carmo, Eunápio do, pp. 123-135. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Svampa, Maristella. 2016. *Debates latinoamericanos: indianismo, desarrollo, dependência y populismo*. Buenos Aires: Edhasa.

Tambouku, Maria. 2016. A aventura da pesquisa narrativa, in *Narrativa, gênero e política*. Organizado por Kind, Luciana, Cordeiro, Rosineide, pp. 67-84. Curitiba: CRV.

Thomson, Alistar. 1997. Reconstituo a mem6ria: quest6es sobre a rela76o entre Hist6ria Oral e mem6rias. *Projeto Hist6ria* 1 (15): 51-71. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216/8224>

Tuan, Yi-Fu. 1983. *Espa7o e lugar: a perspectiva da experi6ncia*. S6o Paulo: Difel.

Valencio, Norma, Siena, Mariana, e Marchezini, Victor. 2011. *Abandonados nos desastres: uma an6lise sociol6gica de dimens6es objetivas e simb6licas de afeta76o de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Bras6lia: Conselho Federal de Psicologia.